



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**  
**CEDUC – CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO: PEDAGOGIA – 2011.2**  
**TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**“UMA REFLEXÃO SOBRE OS SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO”**

**ELIZABETE BORGES GONÇALVES**

**CAMPINA GRANDE – PB**  
**2012**

**ELIZABETE BORGES GONÇALVES**

**“UMA REFLEXÃO SOBRE OS SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO”**

Trabalho de Conclusão de Curso- Artigo Científico-, apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup>. Ms. Inácio de Araújo Macêdo

**CAMPINA GRANDE - PB  
2012**

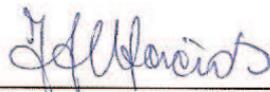


**ELIZABETE BORGES GONÇALVES**

**“UMA REFLEXÃO SOBRE OS SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO”**

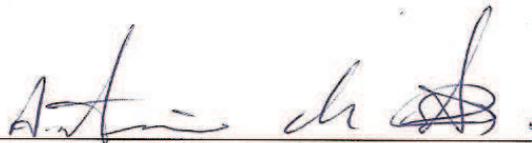
Trabalho aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Banca Examinadora



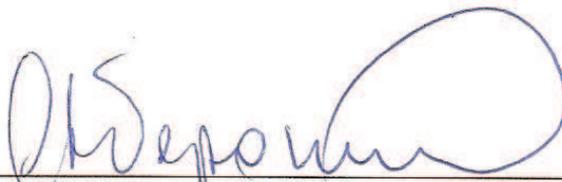
---

Prof.<sup>a</sup>. Ms. Inácio de Araújo Macêdo.  
**Orientador**



---

Prof.<sup>a</sup>. Ms. Antônio Carlos dos Santos  
**Examinador**



---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno  
**Examinadora**

A minha família que sempre  
me apoiou e aos mestres.  
**DEDICO**

## **AGRADECIMENTOS**

- A Deus por sua presença constante e entendimento que me concedeu para ingressar na universidade e chegar ao final dessa jornada acadêmica.
- Em especial ao meu orientador Prof<sup>a</sup>. Ms. Inácio de Araújo Macêdo, pela sua atenção e por estar sempre disponível para ajudar a desenvolver esse trabalho;
- A todos os meus colegas de curso, por todas as experiências e conhecimentos trocados, e principalmente pelo círculo de amizade que fora criado entre nós;
- Enfim, a todos que, no âmbito da Educação ou fora dele, colaboraram direta e indiretamente para a concretização deste trabalho, o meu reconhecimento. Vocês foram fundamentais para que meus sonhos se tornassem tangíveis, me preparando para enfrentar com sucesso a minha carreira de Pedagoga.

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida.

**Paulo Freire**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. A TRAJETÓRIA DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1. AVALIAÇÃO ESCOLAR: CONCEITO.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2. A AVALIAÇÃO ESCOLAR SEGUNDO A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3. UMA VISÃO EMANCIPATÓRIA DA AVALIAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2.4. UMA COMPREENSÃO CONSTRUTIVISTA SOBRE AVALIAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>2.5. A AVALIAÇÃO E O PROFESSOR.....</b>	<b>22</b>
<b>2.6. A AVALIAÇÃO E O ALUNO.....</b>	<b>24</b>
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>26</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

GONÇALVES, ELIZABETE BORGES. **Uma reflexão sobre os significados da avaliação.** 2011, 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) Campina Grande-PB - CAMPUS III da UEPB, 2011.

## RESUMO

Este artigo é resultado de um estudo realizado sobre o processo de avaliação na perspectiva teórica e prática, tendo como base conceitual o pensamento de alguns estudiosos que muito contribuíram para esta área de estudo. O embasamento teórico fundamenta-se no princípio sócio-histórico-cultural, que pressupõe a avaliação não somente em saber como o aluno aprende ou como o professor ensina, mas, sobretudo, como se dá o desenvolvimento de todo processo avaliativo, analisando como ocorre a construção do conhecimento no ensino-aprendizagem através da mediação professor/aluno/conhecimento. O objetivo do presente estudo foi refletir no discurso docente a concepção de avaliação no processo de construção do conhecimento e como os professores efetivamente avaliam seus alunos. Para realização deste trabalho, utilizou-se como método o procedimento descritivo exploratório, com abordagem qualitativa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário estruturado com perguntas abertas. A pesquisa foi realizada com quatro docentes efetivos da rede pública municipal das séries iniciais do Ensino Fundamental I, (3º e 4º ano) da Escola Nila Ferreira da cidade de Fagundes-PB. Os resultados do estudo mostraram que os professores avaliam seus alunos de forma quantitativa utilizando provas para verificação do aprendizado. Além disso, observou-se, certo esforço, por parte de alguns professores, em adotar a avaliação contínua como um recurso para ajudar seus alunos a enfrentar algumas dificuldades, porém tais professores demonstraram estar ainda perdidos de como proceder a tal processo avaliativo. Por fim, para que a avaliação sirva à aprendizagem é essencial conhecer cada aluno, bem como suas necessidades.

**Palavras-chave:** avaliação escolar, concepções pedagógicas.

GONÇALVES, ELIZABETE BORGES. **A reflection on the meaning of the evaluation.** 2011, 32f. End of Course Work (Full Degree in Education) Campina Grande-PB - CAMPUS III da UEPB, 2011.

### **ABSTRACT**

This article is the result of a study on the evaluation process of the theoretical and practical perspective, based on conceptual thinking of some scholars who have contributed greatly to this field of study. The theoretical framework is based on the principle socio-cultural-historical, which requires assessment not only in how students learn or how the teacher teaches, but, above all, how is the development of the whole evaluation process, examining how does the construction of knowledge in teaching and learning through the mediation of teacher / student / knowledge. The aim of this study was to identify teaching discourse in the design of evaluation in the process of constructing knowledge and how teachers assess their students effectively. For this study, we used the procedure as a method descriptive, exploratory qualitative approach. The data collection instrument used was a structured questionnaire with open questions. The survey was conducted with four teachers of effective public health system of the lower grades of elementary school I, (3 and 4 years) School Nila city Fagundes Ferreira-PB. The study results showed that teachers assess their students using a quantitative evidence for verification of learning. Furthermore, we observed, some effort on the part of some teachers to adopt the continuous assessment as a resource to help their students face some difficulties, but these teachers proved to be still lost on how to proceed to such an evaluation process. Finally, so that the evaluation serves to learning is essential to know each student and their needs.

**Keywords:** educational assessment, educational concepts.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu da necessidade de realizar uma reflexão sobre o processo avaliativo no âmbito escolar. Como aluna do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, estudei o componente “Avaliação da Aprendizagem”, e através deste obtive muitos conhecimentos a respeito de avaliação educacional. Estes estudos despertaram em mim, como professora do Ensino Fundamental I, a preocupação com a atuação do professor em sala de aula.

É nesse processo de construção do saber do professor que alguns aspectos chamam atenção, dentre eles a questão da avaliação. Desta maneira buscamos refletir a compreensão sobre avaliação dos professores de uma escola pública. Desta forma, a pesquisa delimitou-se a partir do seguinte problema: **Qual a concepção de avaliação que predomina entre os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública?**

Como recorte tomamos a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Nila Ferreira, situada à Av. Irineu Bezerra, s/n, no município de Fagundes-PB. A referida escola possui uma boa estrutura física, dezenove salas de aula, uma sala para professores, uma secretaria, uma biblioteca, uma sala de diretoria e sete banheiros (um destes banheiros para alunos com deficiências).

A mesma funciona nos turnos da manhã, tarde e noite, atendendo um mil cento e oitenta e cinco alunos, estando assim distribuídos: sessenta e cinco na Educação Infantil, cento e noventa e seis no Ensino Fundamental I, seiscentos e trinta e dois no Ensino Fundamental II, duzentos e vinte alunos no Ensino Médio, vinte e quatro alunos na Educação de Jovens e Adultos e dezessete alunos na Educação Especial.

A escola dispõe de setenta professores todos com habilitação para o magistério em nível superior; um diretor; um vice-diretor; quatro secretárias; conta também com uma equipe pedagógica composta por uma supervisora e uma orientadora educacional. A referida escola também possui um Projeto Político Pedagógico, o qual foi construído de forma coletiva, pelos professores, equipe técnica, direção e representantes de pais.

Nosso intuito nesta escola foi fazer um estudo acerca da concepção da avaliação dos professores participantes desta pesquisa e de sua relação entre a teoria e a prática. Para tanto, apresentamos o percurso traçado para alcançar tal objetivo, fizemos um estudo das concepções de avaliação apresentadas por alguns autores que embasaram

nossa pesquisa, discutimos a visão emancipatória da avaliação, a relação professor-avaliação e aluno-avaliação.

Pois bem, sabemos que o tema avaliação é sempre polêmico. Muitos tabus e preconceitos ainda cercam essa atividade que envolve basicamente julgamento sobre os comportamentos apresentados pelos estudantes, além de contribuir para a tomada de decisões com vistas à manutenção ou modificação no plano de trabalho pedagógico, sendo assim, um dos temas mais debatidos entre os educadores.

Essa prática avaliativa infelizmente, ainda é mantida em muitas de nossas escolas através de uma postura autoritária. Assim, a trajetória da ação pedagógica das nossas escolas vem sendo marcada pelo fracasso escolar, pelos altos índices de repetência e evasão, provocada muitas vezes por uma avaliação realizada de forma inadequada. Isto tem gerado amplas discussões no sentido de garantir uma aprendizagem de qualidade e para que a avaliação seja vista de forma diferente, passando a envolver o desempenho do aluno, do professor e de todo o contexto escolar, além disso, da importância ao desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno.

## **2. A TRAJETÓRIA DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL**

Historicamente, a trajetória da avaliação feita pelos professores em sala de aula gerou muitas interpretações, visto que, perceberam-se mudanças nas formas de compreensão da mesma. Neste sentido, alguns pontos históricos desta trajetória e suas principais vertentes foram enfocados para que se entendam melhor os caminhos que a avaliação percorreu, para isto é necessário fazermos uma viagem no processo histórico educacional, partindo do ponto inicial do surgimento da avaliação para que tenhamos clareza e compreensão.

As primeiras sistematizações sobre o assunto apareceram em torno do século XIX, destacando-se Horace Mann, criador do sistema de testagem, sistema que procurou imprimir maior subjetividade nos resultados da avaliação. Mann (apud Desprebiteris,1994) propunha neste sistema, que fossem substituídos os exames orais pelos escritos; a utilização de grande número de questões específicas ao invés de poucas questões gerais e a busca de padrões mais objetivos de alcance escolar.

De acordo com Desprebiteris (id), até por volta de 1930, à única maneira para medir as habilidades e aptidões dos alunos eram testes padronizados feito nos Estados

Unidos por Robert Thorndike. O objetivo destes testes eram quantificar a inteligência do aluno, sem haver maiores investigações do desempenho escolar.

Nas primeiras décadas do século XX, a avaliação educacional formal estava associada à aplicação de testes. Este método servia de instrumento para se ter um parâmetro do processo avaliativo medindo o progresso do aluno. Essa forma de avaliar teve muito tempo de duração. Outras percepções a respeito foram surgindo, a ação avaliativa foi se modificando, pois ao longo do tempo constatou-se que o aluno não era apenas uma máquina de informações, mas um ser presente com opiniões, interesses e objetividade.

Em 1931, os testes padronizados foram acrescidos com outros instrumentos de avaliação escolar. Surgiu então nos Estados Unidos os escritores Tyler e Smith que introduziram vários procedimentos de avaliação, entre os quais se destacaram inventários, escalas, lista para registro de comportamentos e questionários para coleta de informações referente ao desempenho do aluno. Os objetivos educacionais a serem atingidos segundo Tyler (1992), deveriam ter como alvo o aluno, a sociedade e os conteúdos.

Bloom (1972) apoiado por Tyler (1992), também enfatizou que para o domínio da aprendizagem faz-se necessário à inclusão de uma educação contínua que seria imprescindível para a vida do indivíduo. Ainda de acordo com Bloom, se o professor fosse eficaz, haveria conseqüentemente um melhoramento no rendimento intelectual do aluno, isto poderia ser mostrado de muitas maneiras, isto é, de acordo com as diferenças individuais de cada aluno.

O domínio da aprendizagem “teoricamente” disponível para todos seria viável, desde que houvesse possibilidade de encontrar os meios de ajudar o aprendiz, uma vez que, segundo ele, cada um era capaz de impor seu próprio ritmo. Para que isso ocorresse, se fazia necessário utilizar estratégias de instrução diferente dando oportunidade ao domínio da aprendizagem em relação à habilidade do estudante. O papel da educação era o de descobrir novas formas que levassem essas diferenças em consideração e que esta promovesse o desenvolvimento do indivíduo.

Bloom (1972) ainda afirmava que em termos de avaliação deveria haver a distinção bem marcada no processo ensino-aprendizagem, com a finalidade de investigar até que ponto o estudante desenvolveu-se de forma esperada. Tanto o professor como aluno deveriam compreender os critérios de rendimento para assegurar a evidência do progresso da aprendizagem.

Num sentido amplo, a avaliação apresentou-se como atividade associada à experiência cotidiana do ser humano, esta ocorreu de forma assistemática onde incluiu a eficácia e eficiência de ações e experiências envolvendo sentimentos podendo ser verbalizada ou não. Sintetizando, a história da avaliação segundo Penna Firme et al. (2000), nas primeiras décadas deste século, na fase de mensuração, não se distinguia “avaliação de medida”, a preocupação era concentrada na elaboração de instrumentos ou testes para verificação do rendimento escolar.

Ainda segundo a autora, na fase descritiva, praticada até os anos cinquenta, o papel do avaliador estava mais concentrado no descrever padrões e critérios ainda bastante teóricos em sua avaliação, já não bastava medir e descrever, era preciso também julgar. Não obstante, até hoje permanece o ato da avaliação escolar.

## **2.1. AVALIAÇÃO ESCOLAR: CONCEITO**

O ato de avaliar está presente em praticamente todas as ações humanas. Assim, em nosso cotidiano estamos constantemente avaliando e sendo avaliado por aqueles que estabelecem processos de interação. Há, entretanto, um espaço onde essa avaliação ocorre determinando muitas vezes o destino dos sujeitos: a escola. Neste contexto, a avaliação escolar é explicitada através de notas que os alunos obtêm, porém, a forma como essa avaliação é representada pelos professores, muitas vezes provocam sérios prejuízos àqueles que a ela são submetidos.

A avaliação, em qualquer nível de ensino em que ocorra, não existe e não opera por si mesma, está sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico, ou seja, é determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino, como afirma Caldeira (1997, p.122):

A avaliação escolar não é um meio e não é um fim em si mesmo; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas, está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática.

Corroborando com essa visão, Libâneo (1994, p. 195), pontua que “a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve

acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem” [...] é uma reflexão sobre o nível de qualidade de trabalho escolar tanto do professor como dos alunos.

Por isso, avaliar é mais do que medir, pois enquanto ao medir você apenas descreve numericamente uma realidade a partir de dados obtidos, ao avaliar você reflete sobre dados e informações obtidas da realidade do aluno e emite um julgamento que lhe possibilitará uma tomada de decisão.

Nesse sentido Gatti (2003, p.110) afirma que:

É preciso ter presente também, que medir é diferente de avaliar. Ao medirmos um fenômeno por intermédio de uma escola, de provas de testes, de instrumentos calibrados ou por uma classificação ou categorização, apenas estamos levantando dados sobre uma grandeza do fenômeno (...). Mas, a partir das medidas, para termos uma avaliação é preciso que se construa o significado dessas grandezas em relação ao que está sendo analisado quando considerado com um todo, em suas relações com outros fenômenos, suas características historicamente consideradas, o contexto de sua manifestação, dentro dos objetivos e metas definidas para o processo de avaliação, considerando os valores sociais envolvidos.

Outrossim, existem pelo menos dois modelos mais conhecidos de avaliação. O mais comum em nossas escolas é o tradicional, no qual se preocupa apenas com a objetividade dos resultados, com os aspectos quantitativos, com os resultados alcançados pelos alunos, atribuídos através de notas.

Essa pedagogia vem desde o período colonial, onde os principais educadores eram os jesuítas. No contexto de uma sociedade de economia agrária, a educação não era considerada um valor social importante, a tarefa estaria voltada para a catequese e instrução indígena, mas para elite colonial outro tipo de educação era oferecido.

A ação pedagógica dos jesuítas foi marcada pelas formas dogmáticas do pensamento crítico, privilegiavam o exercício da memória e o desenvolvimento do raciocínio. As aulas eram ministradas de forma expositiva, a repetição visando decorar e expor à aula, o desafio estimulando a competição, a disputa. Os exames eram orais e escritos, visando avaliar o aproveitamento do aluno, seu caráter era meramente formal, tendo por base o intelecto, o conhecimento e marcado pela visão do homem. Após os jesuítas, no campo pedagógico não ocorreram muitas mudanças em nosso país pela sociedade colonial durante o Império e a República.

Pedagogicamente, a nova organização instituída por Pombal, representou um retrocesso, pois os professores leigos começaram a ser admitidos para ministrar aulas. A

pedagogia Comeniana insiste na atenção especial a que se deve dar a educação, como centro de interesse da ação do professor, mas não abstrai também o uso dos exames como meio de estimular os alunos ao trabalho intelectual da aprendizagem. Nesse sentido, o medo é um excelente fator para manter a atenção dos alunos, então os mesmos aprenderiam facilmente sem fadiga e em menos tempo.

Denota-se, então, que estamos mergulhados nos processos econômicos, sociais e políticos sob a hegemonia da pedagogia tradicional da sociedade burguesa. Com o passar dos tempos, a sociedade burguesa melhorou seus mecanismos de controle destacando a seletividade escolar e seus processos de formação das personalidades dos educandos.

Ao longo da história da educação moderna e de nossa prática educativa escolar, os exames e provas foram se tornando um fetiche ganhando foros da independência da relação professor-aluno. As provas e os exames são realizados conforme o sistema de ensino e o interesse do professor Ferreira,(2010). Na maioria das vezes, não é considerado o que foi ensinado como se nada tivesse a ver com a aprendizagem. Assim, o medo torna-se um fator importante no processo de controle social, pois gera dependência.

Por volta de 1870, o Brasil vive seu período de “Iluminismo” surgindo movimentos cada vez mais independentes da influência religiosa, época da expansão cafeeira e da passagem de um modelo agrário exportador para o modelo comercial exportador.

De 1930 a 1940, a didática tradicional começa a ser renovada, desencadeando o movimento da Escola Nova, preconizando a reconstrução social da escola, cujo período é marcado pelo equilíbrio entre as influências das concepções humanistas tradicionais e modernas, do qual acrescentou mudanças significativas Ferreira,(2010).

Nesse período há forte reação contra o ensino humanista tradicional, dando relevo predominante nos planos educativos às ciências naturais, às línguas modernas e aos trabalhos manuais. Surge o laicismo e uma forte influência das ideias materialistas e anticlericais do racionalismo, do Enciclopedismo e do Naturalismo.

Nos séculos XIX e XX predominaram as seguintes correntes pedagógicas: o individualismo, o socialismo, o nacionalismo e o pragmatismo. No início do século XX predominaram as tendências pedagógicas que colocaram em primeiro plano o problema técnico da educação.

Segundo Luckesi (2006, p.29), a avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, hoje, está a serviço de uma pedagogia dominante, o qual pode ser identificado como modelo social liberal conservador, nascido da estratificação dos empreendimentos transformadores que culminaram na Revolução Francesa.

Seguindo ainda o pensamento do autor, esse modelo de sociedade produziu três pedagogias diferentes com o mesmo objetivo: conservar essa sociedade. A pedagogia tradicional, centrada no intelecto, na transmissão de conteúdos e na pessoa do professor; a pedagogia renovada ou escola novista, centrada nos sentimentos, na produção do conhecimento e no respeito às diferenças individuais e a pedagogia tecnicista, centrada na transmissão e apreensão dos conteúdos por meio técnicos.

O outro modelo bastante usado nas discussões acadêmicas e legitimado nos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), é aqui denominado de democrático e participativo, que se preocupa, sobretudo com os aspectos qualificativos da avaliação e não apenas com o resultado final.

De acordo com os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) a avaliação não se restringe ao julgamento sobre o sucesso ou fracasso do aluno. É compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. A avaliação das aprendizagens só pode acontecer se for relacionada com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando as adequações das situações didáticas proposta aos acontecimentos prévios do aluno e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

Nesse contexto, a avaliação contemplada nos parâmetros curriculares nacionais é compreendida como elemento integrador entre aprendizagem e o ensino, conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma possível. Conjunto de ações que busca obter informações sobre o que se tem aprendido e como elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa: instrumento que o possibilita verificar os avanços e dificuldades de seus alunos; ação que ocorre durante todo processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho.

Esta compreensão da avaliação legitimada nos PCNs tem como objetivo estabelecer uma integração entre o ensino e aprendizagem, onde teremos o aluno como principal sujeito deste processo, ou seja, é necessário que pensemos na avaliação de

uma maneira mais global, onde possamos envolver tudo e todos que fazem parte do processo educacional.

Ainda se tratando do modelo dito democrático e participativo, a avaliação assume duas funções muito interligadas, a função diagnóstica e a função formativa. Através da função diagnóstica, o professor tem condições de conhecer inicialmente o seu aluno e identificar as causas de suas dificuldades durante todo o processo de aprendizagem, mantendo ou aprimorando o ensino no sentido de evitar que possíveis falhas possam prejudicar a aprendizagem do aluno.

Permite também a verificação do conhecimento prévio do aluno, favorecendo ao professor uma investigação quanto ao caminho que se deve percorrer para promover a aprendizagem. Normalmente, essa avaliação faz-se necessária para saber quem é esse aluno, o que ele sabe, suas necessidades, hábitos e preferências, para depois adotar estratégias e intervenções pedagógicas adequadas para cada um dos problemas detectados. Neste momento, esta avaliação oportuniza ao aluno conhecer seu grau de dificuldade e avanços em determinadas áreas do saber.

A função formativa por sua vez acontece de forma processual e contínua, auxiliando o processo de ensino de aprendizagem, possibilitando o professor acompanhar a construção do conhecimento do educando, intervindo de imediato no processo pedagógico, orientando a re-elaboração do seu planejamento.

## **2.2. A AVALIAÇÃO ESCOLAR SEGUNDO A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO**

Em 1961 foi criada a primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, a Lei nº 4.024 surgiu como resultado da luta de grupos de Filosofia esquerdistas que defendiam que a finalidade da educação era preparar o indivíduo para viver em sociedade e que só o estado deveria educar. A instituição da LDB trouxe algumas mudanças e a possibilidade de acesso ao nível superior, para egressos do ensino técnico e a criação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais.

O artigo 39 da Lei nº 4.024, diz que o rendimento escolar ficará a cargo dos estabelecimentos de ensino. Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo; as atividades escolares asseguradas ao professor nos exames e provas, liberdade de formulação e autoridade de julgamento, e que os exames serão prestados perante comissão examinadora, formada por professores

do próprio estabelecimento, e, se este for particular, sob fiscalização da autoridade competente.

Em 11 de agosto de 1971, em meio ao regime militar, foi publicada a lei 5.692, uma nova lei que substituiu a anterior, as novas Diretrizes e Bases da Educação previa a criação de um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º graus e a inclusão de algumas disciplinas como: Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística e Programas de Saúde como matérias obrigatórias deste currículo.

Outros aspectos também foram admitidos nesta lei, como formação preferencial dos especialistas da educação em curso superior de graduação e os municípios deveriam gastar 20% de seu orçamento com educação. Com relação à avaliação, o rendimento escolar ficou, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade (art.14). Na avaliação do aproveitamento se expressa em notas e menções, considerando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso seja exigida (§ 1º e 2º).

Em 20 de dezembro de 1996, outra lei de Diretrizes e Bases da Educação foi criada, a lei nº 9.394, que estabeleceu novas diretrizes e bases da educação nacional. A nova lei acrescenta obrigatoriedades de grande importância para a educação brasileira, como a educação sendo um dever da família e do Estado. Cabe destacar, ainda, que a lei nº 9.394 tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 2º).

De acordo com esta Lei, a avaliação não é um ato de medir, mas um ato de perceber a capacidade de aprender a identificar atitudes que lhes permitam o convívio social, a tomada de decisões, de construção do caminho a ser seguido através de suas próprias iniciativas. A avaliação, na perspectiva dos documentos oficiais funciona como um elemento do processo de ensino e aprendizagem que aponta caminhos para a formação contínua de alunos e de professores que, em suas ações, mobilizam redes de informação a fim de construir conhecimentos.

Em 2011 foi aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas ainda não está em vigor, uma vez que ainda não foi sancionada. Essa nova lei instituiu algumas alterações contidas na anterior, tais como: descentralização do processo educativo, dando certa autonomia às escolas e aos centros de níveis superior; funcionamento em tempo integral nas escolas, ampliando o número de horas do aluno na escola. Embora muito criticada quanto à possibilidade de superação das

desigualdades sociais, mesmo assim apresenta alguns pontos positivos na medida em que estimula a presença e a participação na vida da comunidade escolar.

Como é sabido, a educação é um direito de todos os cidadãos, pois nossa Constituição assegurando-os a igualdades de oportunidades. Inseridas neste contexto, ao estudarem as pessoas passam muitas e muitas vezes pela avaliação, cujos aspectos legais norteiam o processo educacional através dos regimentos escolares. Assim, as avaliações são tidas como obrigatória e, através delas, se define o caminho para atingir os objetivos pessoais e sociais.

Atualmente, a avaliação conforme Luckesi (2006, p.33), “é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”. Ou seja, ela implica um juízo valorativo que expressa qualidade do objeto, obrigando, conseqüentemente, a um posicionamento efetivo sobre o mesmo.

### **2. 3. UMA VISÃO EMANCIPATÓRIA DA AVALIAÇÃO**

Segundo Saul (2000, p.61), a avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Ela está situada numa vertente político pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamento determinista. O compromisso principal desta avaliação é o fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam fluentemente, gerem as suas próprias alternativas de ação.

De acordo com a autora, vemos a avaliação como um processo dialógico, interativo, que visa fazer do indivíduo um ser melhor, mais crítico, criativo, autônomo e participativo. Acreditamos numa avaliação que leva a uma ação transformadora e, também, como sentido de promoção social, de coletividade e humanização. Com relação a esse tipo de avaliação afirma a autora:

A avaliação emancipatória tem dois objetivos básicos: iluminar o caminho da transformação e beneficiar as audiências no sentido de torná-las autodeterminados. O primeiro objetivo indica que esta avaliação está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a classificação de alternativas para a revisão desse real [...] (SAUL 2000, p 62).

Esse processo pode permitir que o homem através da consciência crítica, seja capaz de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vive e na qual espera ver atendida às suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas.

Note-se que numa prática positivista e tecnicista há uma ênfase na atribuição de notas e na classificação de desempenho, em testes e provas com resultados quantitativos, nela o mais importante é o produto, ou seja, baseia-se em uma educação de memorização de conteúdos. O contrário da avaliação emancipatória que se baseia num paradigma crítico e visa a melhoria da qualidade da educação, sua ênfase é no processo e o ensino busca a construção do conhecimento.

Tudo isto terá um sentido se a avaliação for articulada com o projeto político-pedagógico da escola, pois é ele que dá significado ao trabalho docente e a relação professor-aluno. A partir daí o professor poderá realizar um trabalho consistente, sério e comprometido com a avaliação da aprendizagem em seu espaço de sala de aula, pois sua autonomia existe e graças a ela as escolas avançam, isto pode ser comprovado quando educadores conseguem colocar em prática suas propostas, às vezes até transgredindo uma sistemática.

Conforme Saul (2000), a avaliação emancipatória é vista como um ponto de partida para o entendimento de uma prática avaliativa inovadora e da importância que se respeite o saber elaborado pelo aluno, espontâneo, partindo de ações desencadeadas de reflexão sobre tal saber, desafiando-o a evoluir, encontrar novas e diferentes soluções visando transformá-la. O compromisso principal desta avaliação é o fato de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional sejam autores conscientes da sua própria história.

É neste sentido que Freire (1996) faz uma abordagem sobre a pedagogia libertadora, marcada pela ideia de que a transformação virá pela emancipação das camadas populares. Nessa perspectiva, o papel da escola e do corpo docente é libertar o indivíduo do seu condicionamento determinista, é fazer com ele se torne um ser melhor capaz de atuar com competência na sociedade em que vive.

## **2.4. UMA COMPREENSÃO CONSTRUTIVISTA SOBRE AVALIAÇÃO**

Na perspectiva construtivista a avaliação é compreendida pelos educadores consciente desta prática como elemento integrador, entre a aprendizagem e o ensino. É

uma ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho e que envolve não somente o professor, mas também alunos, pais e toda comunidade escolar.

Sobre a avaliação da aprendizagem Luckesi (2006, p. 66) afirma que “a avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno”. Ela tem a função de possibilitar uma qualificação da aprendizagem do educando. “Está se falando de qualificação do educando e não de classificação”.

De acordo com o autor, a prática de avaliação escolar tem estado contra a democratização do ensino, pois ela tem contribuído para a permanência do aluno na escola, na medida em que ela não serve para auxiliar no crescimento do educando em termos de apropriação do conhecimento e habilidades mínimas necessárias. Ainda segundo Luckesi (2006, p. 77):

A prática classificatória da avaliação é antidemocrática, uma vez que não encaminha uma tomada de decisão para o avanço, para o crescimento. Essa prática classificatória da avaliação confirma a nossa hipótese inicial de que a atual prática da avaliação do aluno é uma prática antidemocrática no que se refere ao ensino.

A avaliação nesse sentido deve subsidiar o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Por outro lado, para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para a reorganização de seu investimento na tarefa de aprender com seus erros.

Já para a escola, esse tipo de avaliação possibilita definir prioridade e localizar quais os aspectos das ações educacionais demandam maior apoio. Assim, o acompanhamento e a reorganização do processo de ensino e aprendizagem na escola incluem, necessariamente, uma avaliação inicial para o planejamento do professor e uma avaliação ao final de uma etapa de trabalho.

A avaliação investigativa inicial instrumentaliza o professor a por em prática seu planejamento de forma adequada de acordo com as necessidades de seus alunos. O professor, informando-se sobre o que o aluno já sabe sobre determinado conteúdo, poderá estruturar seu planejamento, definir os conteúdos e o nível de profundidade em que devem ser abordados.

Na verdade, é preciso que a avaliação inicial não seja um longo período de análise e percepção diagnóstica, se assim for encarada essa avaliação pode contribuir para que o professor perca o foco dos seus objetivos no processo de ensino e aprendizagem gastando o escasso e precioso tempo de que dispõe. Acreditamos que ela pode ser realizada no decorrer do processo de aprendizagem, uma vez que de uma forma ou de outra os alunos põem em jogo seus conhecimentos prévios ao enfrentar qualquer situação de aprendizagem.

De modo geral, acreditamos ainda que a avaliação deva servir para localizar as dificuldades e as necessidades e se comprometer com a superação. Basicamente, o princípio que orienta a avaliação é estar superando barreiras, só que isto na prática não vem acontecendo. Na realidade, a avaliação em nossas escolas muitas vezes tem servido para controlar o comportamento dos alunos, o professor acaba usando como uma forma de controle de poder como uma forma de coerção em sala de aula, ou então, ela serve para dizer quem está apto ou não. Então, se percebe o professor avaliando para classificar, mesmo achando que com isso, está preparando o aluno para a vida.

## **2.5. A AVALIAÇÃO E O PROFESSOR**

O papel do professor na avaliação muitas vezes é visto como o de investigar e detectar as dificuldades enfrentadas pelos alunos, assim como o de encontrar os meios viáveis para superar tais dificuldades. Para que a avaliação seja eficaz e segura é preciso que haja critérios de avaliação adequados ao contexto educativo que permitam ao professor uma visão mais ampla do processo avaliativo.

Segundo Moretto (2000), para se ter sucesso no ensino é preciso que o professor estabeleça claramente os objetivos ao preparar suas aulas, analisando os conteúdos propostos e verificando se são relevantes para o contexto de seus alunos, considerando as características psicossociais, graus intelectuais, capacidade de estabelecer relação do conteúdo ensinado com o dia a dia.

Assim, concordamos com o autor que a ação do professor deve estar deliberadamente voltada para a promoção da aprendizagem dos alunos, garantindo a todos um bom desempenho em todas as suas atividades. Para tanto, é necessário que o professor reveja o currículo, seu plano de curso, o planejamento, etc., até que consiga os resultados esperados.

Seguindo por esse caminho, a auto avaliação de sua prática pedagógica e da sua capacidade de lidar com a diversidade dos alunos em situações adversas exige um equilíbrio emocional e atitudes que fomentem a prática dessa atividade de avaliação. A sala de aula torna-se um laboratório para a prática pedagógica e aprendizagem do educador, pois é seu fazer pedagógico que intensificará a inter-relação com seus alunos.

A falta de objetivos claros pode levar o professor a utilizar a avaliação como um instrumento de rotulação e classificação do aluno bom e o aluno ruim. Não é difícil ouvir de colegas de profissão comentários a esse respeito. No entanto, precisamos estar cientes que o desenvolvimento dos alunos pode estar ligado a fatores diversos e apenas uma avaliação não é suficiente para o processo avaliativo. Segundo Luckesi (2006, p.121):

Poder-se-á dizer que é obvio que o objetivo da ação educativa, seja ela qual for, é ter interesse em que o educando aprenda e se desenvolva, individual e coletivamente. Todavia, essa obviedade esbarra nas manifestações tanto do desempenho do sistema educativo quanto da conduta individual dos professores demonstram que, nem sempre, esse objetivo tem sido perseguido.

Acerca do exposto anteriormente Hoffmam (2004) enfatiza que geralmente os professores se utilizam da avaliação para verificar o rendimento dos alunos, classificando-os como bons, ruins, aprovados e reprovados. Na avaliação com função simplesmente classificatória, todos os instrumentos são utilizados para aprovar ou reprovar o aluno, revelando um lado ruim da escola, a exclusão. Ainda segundo a autora, isso acontece pela falta de compreensão de alguns professores sobre o sentido da avaliação, reflexo de sua história de vida como aluno e professor.

Sob essa perspectiva Luckesi (2006) alerta que a avaliação como função classificatória não auxilia em nada o avanço e o crescimento do aluno e do professor, pois se constitui num instrumento estático e frenador de todo o processo educativo. Segundo o autor, a avaliação com função diagnóstica, ao contrário da classificatória,

constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação e do crescimento da autonomia.

Neste entendimento, para Hoffmam (2004), a avaliação é uma proposta que deve conduzir o aluno ao êxito, ela deve ser contínua e começar desde o primeiro dia de aula e por todos os componentes da escola. Percebemos assim que a avaliação é um processo contínuo, cumulativo e essencial à educação e, portanto, deve ser um ato de muita responsabilidade.

Nesse sentido, o ato de avaliar não pode ser entendido como um momento final do processo em que se verifica o que o aluno aprendeu. A questão não está, portanto, em tentar uniformizar o comportamento do aluno, mas em criar condições de aprendizagem que permitam a ele, qualquer que seja seu nível, evoluir na construção do seu conhecimento.

## **2.6. A AVALIAÇÃO E O ALUNO**

Passar por um momento ou um processo de avaliação é sempre desafiador. Para o aluno, o ato de ser avaliado e possivelmente ser taxado como ruim, pode ser um trauma que acompanhará o aluno durante toda sua vida escolar. A avaliação, no entanto, deve ser para o aluno, um processo saudável de aprimoramento de seus conhecimentos e não da simples constatação do erro.

Para Luckesi (2006, p.66), “uma avaliação escolar conduzida de forma inadequada pode possibilitar a repetência e esta tem consequências na evasão.” Por isso, uma avaliação escolar realizada com desvios pode estar contribuindo significativamente para um processo que inviabiliza a democratização do ensino.

Nessa perspectiva, o processo avaliativo deve ser também reflexivo. Nesse sentido, os professores devem oportunizar momentos de reflexão para que o aluno possa pensar acerca do seu aprendizado e das estratégias que perpassaram o processo de ensino aprendizagem para que ele pudesse chegar, de forma interativa e integrada com o contexto educacional, a superar certas dificuldades.

A auto-avaliação, a nosso ver, é uma ferramenta imprescindível para o sucesso do processo avaliativo. É com essa ferramenta que aluno poderá analisar suas atitudes, valores, habilidades e competências, conquistando, assim sua autonomia no processo de ensino e aprendizagem.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DO ESTUDO

O presente estudo caracterizou-se como exploratório e descritivo, conforme Vergara (2007) a pesquisa exploratória tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. Já para Gonsalves (2003), “o estudo descritivo possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação”.

Quanto à forma de abordagem, esta foi qualitativa. A abordagem qualitativa busca compreender a realidade a partir da descrição de significados, de opiniões já que parte da perspectiva do participante e não do pesquisador. Ao definir como objetivo de estudo, a avaliação que predomina entre os professores, já estava se fazendo uma opção metodológica que necessariamente conduziria a uma abordagem qualitativa do que seria investigada. Essa orientação, de certa forma, faz com que o pesquisador deva assumir uma atitude aberta a fim de alcançar uma compreensão adequada dos fenômenos.

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, o questionário estruturado com doze questões abertas e também a observação in loco da prática pedagógica em sala de aula. O questionário foi elaborado a partir dos objetivos do estudo e da revisão de literatura realizada. Dentre as questões, foram privilegiadas as formas de avaliar em sala de aula, a concepção de avaliação e suas funções, entre outras.

A observação é uma técnica científica que utiliza o sentido visual para obter informações da realidade. Mas, como diz Triviños (1987), não é simplesmente olhar, mas destacar em um conjunto objetos, pessoas, animais, algo específico, prestando atenção em suas características, como cor, aroma e tamanho, dentre outras. O processo de investigação se deu através dos professores efetivos da Escola Municipal Nila Ferreira, do município de Fagundes-PB.

Tendo em vista o tamanho da população objeto deste estudo, optou-se por realizá-lo por meio de uma amostra. Assim, foi utilizada uma amostra não-probabilística, selecionada pelo critério de acessibilidade, observando-se os seguintes requisitos: ser professor da escola; ensinar nas séries iniciais do Ensino Fundamental e está disponível para responder o questionário.

Com base nestes critérios, foi coletada uma amostra aleatória de 5% (4 professores) de 70 professores. Note-se que os professores selecionados já haviam sido observados na prática pedagógica em sala de aula, trabalho realizado para o componente

curricular Prática Pedagógica IV. Portanto, utilizou-se deste critério para selecionar os professores da amostra.

A escolha do grupo de professores de uma escola pública não significou que eles fossem vistos de forma isolada, deveu-se, sobretudo, por acreditar que é um dos universos do qual mais se refletem os problemas do ensino, apresentando-se tanto de natureza material bem como institucional, de forma bastante numerosa em nosso meio educacional especificamente no que se refere ao processo de avaliação.

A forma como se dá o processo em sala de aula, merece reflexão, pois se trata de um processo articulador entre professor e aluno, que de certa forma determina o sucesso ou insucesso na evolução de um grau para outro. A escola vem, pois como um veículo de informações auxiliando o educando em suas dúvidas e decisões de forma positiva, estimulando os mesmos a serem cidadãos conscientes de seus deveres.

O contato com os professores aconteceu de forma individual, todos no estabelecimento de ensino, normalmente em dois encontros. Nossa maior preocupação foi informar ao professor o que estava fazendo e porque estava fazendo, procurando descartar qualquer desconfiança quanto ao uso dos dados obtidos e por isto foram identificados no texto como: P1, P2, P3 e P4.

Os dados obtidos foram tratados através das ferramentas de análise de conteúdo e análise do discurso. O processo de análise de dados é definido por Kerlinger (1980) como “a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados” e tem por objetivo reduzir grandes quantidades de dados brutos a uma forma interpretável e mensurável.

Por último, foi realizada uma análise qualitativa do conteúdo textual dos resultados da pesquisa, por meio do método interpretativo, e a partir desta análise chegou-se aos resultados e, por conseguinte, as conclusões.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Na análise dos questionários, procuramos identificar, em termos de objetivos da pesquisa, a concepção dos professores sobre avaliação, visto que, em outras visitas realizadas na mesma escola, foram observados alguns trabalhos em sala de aula, para observar a prática dos professores. A partir deste momento, foi possível perceber que em alguns aspectos, as falas dos professores apresentam certa contradição, pois na sala de aula foi constatada a prática tradicionalista.

Verificou-se também com a pesquisa realizada que os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo de estabelecer relações entre a teoria e a prática da avaliação, eles expressam opiniões em comum sobre avaliação, como sendo parte integrante da metodologia usada pelos mesmos.

Durante o processo de observação das aulas foi constatado que os professores avaliam seus alunos de forma quantitativa utilizando provas para verificação do aprendizado. Notamos ainda certo esforço, por parte de alguns professores, em adotar a avaliação contínua como um recurso para ajudar seus alunos a enfrentar algumas dificuldades, porém tais professores demonstraram estar ainda perdidos de como proceder a tal processo avaliativo.

Não obstante, todos os professores participantes desta pesquisa possuem formação pedagógica superior pela Universidade Estadual da Paraíba e mantém vínculo com programas de formação continuada. Quanto ao entendimento sobre avaliação e sua necessidade no processo ensino-aprendizagem, todos apontaram a mesma como um ato necessário. Vejamos a seguir as falas dos professores com relação a sua concepção sobre avaliação.

“A avaliação não é um fim em si mesmo, mas um meio para todas as decisões, procurando-se meios de conhecimento, mudando sua forma de ação, superando as dificuldades para melhorar a aprendizagem” (P1).

“É uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino-aprendizagem, verificando se o objetivo foi atingido” (P2).

“Penso na avaliação como uma atividade necessária, que serve para subsidiar o professor no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que por meio dela o professor observa e analisa o progresso e as dificuldades no decorrer da aprendizagem. É a avaliação que contribuirá para que haja mudanças significativas no desenvolvimento do aluno” (P3). “É uma maneira de verificar a aprendizagem do aluno” (P4).

Quando perguntamos qual seria a função da avaliação na escola, a maioria dos entrevistados respondeu: Diagnosticar, controlar, classificar, verificar o nível de conhecimento, verificar se os alunos aprenderam os conteúdos ensinados.

Percebemos diante deste discurso que os docentes têm conhecimento sobre as funções da avaliação, bem como consciência da necessidade de mudar o foco da avaliação tornando-a mais formativa. Nesse caso, percebeu-se que não só o processo de avaliação do educando é muito importante, mas também o registro desse processo, pois

assim é possível obter o retrato do desenvolvimento do aluno em relação a si mesmo e aos objetivos propostos, mesmo assim, os instrumentos mais utilizados nessas práticas de sala de aula geralmente são as provas. Muito embora se lute para realizar uma prática avaliativa diagnóstica, alguns continuam com a concepção tradicionalista de avaliação, resistindo a novas mudanças na sua prática.

A partir desta constatação, podemos pontuar que, por isso, o processo de aprendizagem muitas vezes se dá por meio de práticas que não condizem com a realidade do educando, sem levar em consideração o interesse, as diferenças individuais do aluno, como também o compromisso e o dinamismo do professor. Partindo do pressuposto, é preciso conhecer as dificuldades para que se possa saná-las, observamos que o presente estudo veio contribuir para nosso crescimento pessoal e profissional.

Por meio deste, pudemos refletir sobre nossas concepções acerca da avaliação e ter uma noção geral sobre a visão de nossos colegas de profissão, assim como podemos iniciar uma auto-avaliação acerca de nossas concepções e visões do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, ao avaliar nossos alunos, poderemos obter informações valiosas sobre nosso próprio trabalho, ou seja, poderemos nos auto-avaliar. Neste sentido, nós professores precisamos repensar e planejar novamente nossa atuação didática visando aperfeiçoá-la, para que nossos alunos obtenham mais êxito na aprendizagem.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao término deste estudo acerca do processo de avaliação, percebemos a necessidade que temos de buscar compreender cada vez mais este processo que é de muita importância para o enriquecimento da nossa prática educacional.

Várias foram às conclusões colhidas através deste estudo, entre elas a necessidade do professor estar em constante busca de conhecimento, como também há casos em que se conhece a teoria, mas não sabem aplicar na prática. Devemos considerar ainda que os instrumentos utilizados para avaliar, devem ser coerentes com a prática diária, pois não é possível ser construtivista na hora de ensinar e tradicional na hora de avaliar ou vice-versa. Outro ponto a ser lembrado é que cada conteúdo ou matéria exige uma forma diferente de ensinar bem como de avaliar.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar. O educador deve ter, portanto, um conhecimento mais profundo da

realidade na qual vai atuar, para que o seu trabalho seja dinâmico, criativo, inovador. Assim, colabora para um sistema de avaliação mais justo que não exclua o aluno do processo de ensino-aprendizagem, mas o inclua como um ser crítico, ativo e participante dos momentos de transformação da sociedade.

Os instrumentos de avaliação também devem contemplar as diferentes características dos alunos, quaisquer que sejam os instrumentos que adote, o professor deve ter claro se ele é relevante para compreender o objetivo proposto a acompanhar o processo de aprendizagem da turma mostrando caminhos para uma intervenção visando sua melhoria.

A avaliação do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos deve estar em sintonia com o planejamento do professor. Para isto, a avaliação deve ser realizada em diferentes momentos em situações variadas, respeitando a singularidade dos alunos, levando em consideração não apenas o que foi aprendido durante a aula, mas, sobretudo, no que está sendo aprendido em diversas instâncias, a partir de outras mediações que não seja só a do professor.

É preciso que nossas escolas, nossos educadores, reconheçam as relações concretas entre a ação educativa e avaliação e busque uma consciência coletiva do significado deste para os alunos. Para Hoffmam (2001) a avaliação é:

[...] uma mediação pelo qual se encoraja a reorganização do saber. Ação, movimento, provocação na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos de ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as.

Sob essa perspectiva, se percebermos a aprendizagem como um processo de construção de significados e de atribuição de sentido com sua própria dinâmica, com todos os seus progressos e dificuldades, parece lógico conceber também o ensino como um processo de ajuda à construção realizada pelos alunos. A avaliação do ensino, portanto, deve ser permeada por uma ação que tenha um clima de liberdade, responsabilidade, sem tensões e bloqueios. Deve estar em consonância com uma perspectiva de acompanhamento do desempenho do aluno, estabelecendo em aberto às diferentes possibilidades deles se desenvolverem e construírem de forma própria e diferenciada o seu conhecimento.

Devemos considerar nesse caso, que a formação de professores trata pouco de avaliação e menos ainda de avaliação formativa, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determine que a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos, onde as competências obtidas pelos alunos ao longo do ano sejam mais valorizadas que a nota da prova final.

Nessas circunstâncias percebeu-se também que a avaliação formativa se choca com a tradicional, uma vez que elas possuem aspectos peculiares e excludentes. A avaliação formativa não dispensa os professores de dar notas ou redigir apreciações, cuja função é informar aos pais ou a administração escolar sobre a aquisição dos alunos. Neste sentido, a avaliação formativa parece uma tarefa difícil, pois obriga os professores a fazer um duplo sistema de avaliação.

A partir das respostas obtidas, pode-se opinar que, há uma grande distância entre o discurso presente nos textos acadêmicos sobre avaliação e a prática de novas formas de avaliar em sala de aula, pois alguns professores ainda não estão abertos a uma nova prática pedagógica, ou seja, a realização de uma avaliação formativa, pois os mesmos só estão abertos a mudanças se não for comprometer nenhuma função da avaliação tradicional, se nada for mudado ou trocado, se a estrutura escolar não mudar e se não exigir novas qualificações de professores. Ora, como é possível uma avaliação nova sem mudanças?

Segundo Luckesi (2006, p. 171), “esta prática é difícil de ser mudada devido ao fato de que a avaliação, por si só, é um ato amoroso e a sociedade na qual está sendo praticada não é amorosa e, daí, vence a sociedade e não a avaliação”.

Logo, para que a avaliação sirva à aprendizagem é essencial conhecer cada aluno, bem como suas necessidades, assim o professor poderá pensar em caminhos para que todos alcancem os objetivos, pois o importante não é identificar problemas de aprendizagem, mas necessidades.

Por fim, concluímos que nosso estudo foi satisfatório, pois as informações obtidas do mesmo foram importantes para uma articulação e reflexão sobre as diferentes formas de avaliar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOM, B. S. **Taxionomia dos objetivos educacionais**: Domínio Cognitivo. Porto Alegre: Globo, 1972.

BRASIL. **LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5ª. ed.1996.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais**: Introdução / Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensino-aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte. p. 53-61, set/out.1997.

DESPREBITERIS, Lea. **O desafio da avaliação da aprendizagem**: Dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU. 1994.

FERREIRA, Eduardo Luis. [2010] Avaliação institucional e da aprendizagem: juntas na melhoria do ensino. Disponível em:<<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/avaliacao>>. Acesso em 12/12/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete A. **O professor e a avaliação em sala de aula**. Estudos em Avaliação Educacional, nº. 27, p.97-113, jan /jun.2003.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora**: uma pratica em construção, da pré-escola a universidade. 19. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 197 p.

\_\_\_\_\_. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. 72 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Ed. Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

MORETTO, V. P. **Construtivismo**: a produção do conhecimento em aula - Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PENNA FIRME, Thereza; PUTTEN, J. V.; BLACKBURN, Robert. Avaliação de docentes e do Ensino. In: SOUZA, E. C. B. M. (org.) 2. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2000.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória**: desafios à teoria e a prática de avaliação e reformulação do currículo. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

TYLER, Ralfh Winfred. **Avaliando experiências de aprendizagem**. In: GOLDEBERG, M.A.SOUSA, C.P. orgs. Avaliação de Programas educacionais: vissitudes, controvérsias e desafios. São Paulo: EPU, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: à pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

## **ANEXOS**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**  
**CEDUC – CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**CURSO: PEDAGOGIA – 2011.2**

QUESTIONÁRIO: (Professores)

Esta “pesquisa” faz parte do processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso de graduação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia. O presente questionário tem como objetivo coletar dados sobre o processo de avaliação escolar, quanto à sistemática e ocorrência deste processo junto aos professores. Assim sendo, gostaríamos de solicitar aos Senhores(as) Pesquisados(as) o comprometimento e a fidedignidade nas respostas.

A pesquisadora, em nome do CEDUC / UEPB, agradece.  
 Elizabete Borges Gonçalves  
**Pesquisadora**

- **O que você entende por avaliação?**
- **Qual a função da avaliação na escola?**
- **Como você analisa os resultados da avaliação escolar?**
- **Para que servem os resultados da avaliação que você realiza?**
- **Os seus alunos participam da avaliação? De que forma?**
- **Qual a relação que você estabelece entre avaliação e currículo?**
- **Qual a relação que você estabelece entre avaliação e a progressão do aluno?**
- **De onde você seleciona os conteúdos de ensino?**
- **Como se encontram distribuídas as atividades curriculares ao longo do ano?**

- **Os conteúdos e atividades revistos nas propostas curriculares vêm sendo efetivados em tempo e espaço adequados? Que mecanismos e estratégias pedagógicas são utilizados para que isto aconteça?**
- **Quais mecanismos a escola utiliza para acompanhar o desenvolvimento da proposta curricular?**